ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ.: 29.740.261/0001-20

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**10.057**	**10.494**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.661	4.316
Clientes	5	446	254
Imposto a Recuperar	6	144	114
Estoques	7	2.190	2.170
Outros Créditos		121	178
Despesas Antecipadas		140	107
Ativo Financeiro	8	3.355	3.355
Não Circulante		**146.183**	**151.838**
Ativo Financeiro	8	**92.254**	**95.609**
Imobilizado		**17**	**9**
Intangível	9	**53.912**	**56.220**
Total do Ativo		**156.240**	**162.332**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**6.767**	**7.392**
Fornecedores	10	1.262	1.618
Empréstimos e Financiamentos	11	3.838	3.838
Obrigações Sociais	12	–	16
Obrigações Fiscais	13	342	274
Obrigação com Acionistas	14	1.149	1.587
Outras Obrigações	16	176	59
Não Circulante		**79.995**	**118.629**
Empréstimos e Financiamentos	11	72.432	76.431
Obrigações Fiscais Diferidas	15	2.579	2.688
Outras Obrigações	16	1.193	1.193
Adiantamento Futuro Aumento de Capital Social	17	3.791	38.317
Patrimônio Líquido	18	**69.478**	**36.311**
Capital Social		51.000	19.633
Reservas de Lucros		18.478	16.678
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**156.240**	**162.332**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiant. Fut. Aum. de Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Lucros a Realizar	Reservas de Lucros: Lucros à Disposição da Assembleia	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2021	**19.633**	**35.548**	**578**	**2.034**	**6.726**	**–**	**64.519**
Destinação de Lucros CFM AGO	–	–	–	6.726	(6.726)	–	–
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	–	–	–	2.242	–	–	2.242
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social - AFAC	–	2.769	–	–	–	–	2.769
Transferência para o Passivo não Circulante	–	(38.317)	–	–	–	–	(38.317)
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	6.685	6.685
Reserva Legal	–	–	334	–	–	(334)	–
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	(1.587)	(1.587)
Lucros à Disposição da Assembleia	–	–	–	–	4.764	(4.764)	–
Em 31 de Dezembro de 2022	**19.633**	**–**	**912**	**11.002**	**4.764**	**–**	**36.311**
Destinação de Lucros cfm AGO	–	–	–	4.764	(4.764)	–	–
Aumento de Capital cfm AGE	31.367	–	–	–	–	–	31.367
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	2.362	2.362
Reserva Legal	–	–	118	–	–	(118)	–
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	(562)	(562)
Lucros à Disposição da Assembleia	–	–	–	–	1.682	(1.682)	–
Em 31 de Dezembro de 2023	**51.000**	**–**	**1.030**	**15.766**	**1.682**	**–**	**69.478**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Ação)

	Nota	2023	2022
Receita Operacional Líquida	19	**18.816**	**19.808**
(–) Custos do Ativo Financeiro		–	(4.470)
(–) Custos Operacionais		(7.140)	(4.270)
Lucro Bruto		**11.676**	**11.068**
Receitas (Despesas) Operacionais		(75)	(199)
Gerais e Administrativas		(75)	(199)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**11.601**	**10.869**
Resultado Financeiro	20	(8.498)	(3.560)
Receitas Financeiras		793	2.087
Despesas Financeiras		(9.291)	(5.647)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**3.103**	**7.309**
Contribuição Social - Diferida		35	(9)
Imposto de Renda - Diferido		74	(11)
Contribuição Social - Corrente		(283)	(209)
Imposto de Renda - Corrente		(567)	(395)
Resultado Líquido do Exercício		**2.362**	**6.685**
Lucro por Ação:		**0,046**	**0,340**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de - Método Indireto (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	2.362	6.685
Ajustado por:		
Amortização	4.983	2.365
Obrigações Fiscais Diferidas	(109)	20
Ajuste ao Valor Presente - Ativo Financeiro	680	(1.719)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	**7.916**	**7.351**
Clientes	(192)	(246)
Impostos a Recuperar	(30)	(101)
Estoques	(20)	(2.099)
Despesas Antecipadas	(33)	54
Outros Créditos	57	(177)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	**(218)**	**(2.569)**
Fornecedores	(356)	(760)
Obrigações Sociais	(16)	(47)
Obrigações Fiscais	68	223
Outras Obrigações	117	1.252
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	**(187)**	**668**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**7.511**	**5.450**
Das Atividades de Investimento		
Constituição do Ativo Financeiro	–	(6.275)
Aquisição de Imobilizados	(8)	(8)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	**(8)**	**(6.283)**
Das Atividades de Financiamento		
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	(3.159)	2.769
Dividendos Propostos/Estornados	(1.000)	–
Operação de Empréstimos e Financiamentos	(3.999)	(598)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	**(8.158)**	**2.171**
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(655)**	**1.338**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**4.316**	**2.978**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**3.661**	**4.316**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 01 - Contexto Operacional: A Assú Transmissora de Energia S.A. (Assú ou Companhia) é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Sociedade Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açu III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia S.A. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açu III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açu III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açu II, Mossoró II e Lagoa Nova II. A subestação de Açu III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022. Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a companhia atua, e representam a posição patrimonial e financeira da companhia, em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023. No dia 12 de março de 2024 foi concedida pela administração da companhia a autorização para emissão das demonstrações contábeis. **Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). **Nota 03 - Políticas Contábeis Materiais: 3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.2 Compensações entre Contas:** Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. **3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço. **3.4 Ativo Financeiro:** A Assú é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. **3.4.1 Ativo Financeiro - Indenizável:** A remuneração da Companhia é garantida como um recebível relativo ao direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia. A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazos considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas. **3.4.2 Ativo financeiro - Não Indenizável:** Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente. Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. **3.4.3 Contabilização de Contrato de Concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão. **3.4.4 Momento de Reconhecimento do Ativo Financeiro:** A Administração da Sociedade reconhece os ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entrarem em operação. **3.4.5 Determinação de Amortização Periódica dos Ativos Financeiros Oriundos dos Contratos de Concessão:** A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações. **3.5 Receita de Aplicação Financeira:** A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros. **3.6 Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.7 Apuração de Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **3.8 Forma de Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **3.10 AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC. **3.11 Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel. **3.12 Intangível:** O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel e/ou pelo seu prazo de concessão. **3.13 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD); (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Impairment dos ativos financeiros, imobilizados e intangíveis; e, (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.14 Mensuração do Valor Justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: - No mercado principal para o ativo ou passivo; e, - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Nota 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2023	2022
Caixa	–	42
Bancos Conta Movimento	32	128
Aplicações Financeiras (i)	3.629	4.146
Total	**3.661**	**4.316**

(i) Aplicações Financeiras.

Banco	Tipo	Liquidez	2023	2022
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	8	35
Banco do Nordeste - BNB	Renda Fixa	Garantia	3.426	3.110
Banco Itaú	Renda Fixa	Garantia	195	1.001
		Total	**3.629**	**4.146**

Nota 05 - Clientes:

	2023	2022
Clientes	446	254
Total	**446**	**254**
A vencer em até 30 dias	446	254
Total	**446**	**254**
Em Reais R$	446	254
Em Reais R$	**446**	**254**

Nota 06 - Impostos a Recuperar:

	2023	2022
IRRF Retido	93	65
Pis/Cofins/CSLL Retido	51	49
Total	**144**	**114**

Nota 07 - Estoques:

	2023	2022
Materiais Sobressalentes	2.190	2.170
Total	**2.190**	**2.170**

Nota 08 - Ativo Financeiro: Síntese da movimentação do ativo financeiro:

Ativo Financeiro	Taxa Média Ponderada (a.a.)	31/12/2022 Custo Histórico	31/12/2022 Amortização Acumulada	31/12/2022 Saldo Inicial Líquido	Adições	Baixas de Custo	Ajuste a Valor Presente	Amortização	31/12/2023 Custo Histórico	31/12/2023 Amortização Acumulada	31/12/2023 Saldo Final Líquido
Ativo Financeiro	2% a 6,67%	83.364	(1.398)	**81.966**	–	–	–	(2.675)	83.364	(4.073)	**79.291**
Ajuste ao Valor Presente	4,00%	16.998	–	**16.998**	–	–	(680)	–	16.318	–	**16.318**
		100.362	**(1.398)**	**98.964**	**–**	**–**	**(680)**	**–**	**100.362**	**(4.753)**	**95.609**

Ano anterior:

Ativo Financeiro	Taxa Média Ponderada (a.a.)	31/12/2021 Custo Histórico	31/12/2021 Amortização Acumulada	31/12/2021 Saldo Inicial Líquido	Adições	Transferência para Intangível	Ajuste a Valor Presente	Amortização	31/12/2022 Custo Histórico	31/12/2022 Amortização Acumulada	31/12/2022 Saldo Final Líquido
Ativo Financeiro	2% a 6,67%	134.112	–	**134.112**	6.275	(57.023)	–	(1.398)	83.364	(1.398)	**81.966**
Ajuste ao Valor Presente	4,00%	15.279	–	**15.279**	–	–	1.719	–	16.998	–	**16.998**
		149.391	**–**	**149.391**	**6.275**	**(57.023)**	**1.719**	**(1.398)**	**100.362**	**(1.398)**	**98.964**

	2023	2022
Ativo Financeiro - Circulante	3.355	3.355
Ativo Financeiro - Não Circulante	92.254	95.609
Total	**95.609**	**98.964**

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 R1/IFRIC12, pois a **Assú Transmissora de Energia S.A.** é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Nota 09 - Ativo Intangível: Síntese da movimentação do ativo intangível:

Intangível	Taxa Média Ponderada (a.a.)	31/12/2022 Custo Histórico	31/12/2022 Amortização Acumulada	31/12/2022 Saldo Inicial Líquido	Adições	Baixas de Custo	Amortização	Baixas de Amortização	31/12/2023 Custo Histórico	31/12/2023 Amortização Acumulada	31/12/2023 Saldo Final Líquido
Software	20,00%	164	(17)	**147**	–	–	(27)	–	164	(44)	**120**
Doações de Instalações	4,00%	57.023	(950)	**56.073**	–	–	(2.281)	–	57.023	(3.231)	**53.792**
		57.187	**(967)**	**56.220**	**–**	**–**	**(2.308)**	**–**	**57.187**	**(3.275)**	**53.912**

Ano Anterior:

Intangível	Taxa Média Ponderada (a.a.)	31/12/2021 Custo Histórico	31/12/2021 Amortização Acumulada	31/12/2021 Saldo Inicial Líquido	Adições	Transferência para Intangível	Amortização	Baixas de Amortização	31/12/2022 Custo Histórico	31/12/2022 Amortização Acumulada	31/12/2022 Saldo Final Líquido
Software	20,00%	3	–	**3**	–	161	(17)	–	164	(17)	**147**
Software e Andamento	0%	161	–	**161**	–	(161)	–	–	–	–	**–**
Doações de Instalações	4,00%	–	–	**–**	–	57.023	(950)	–	57.023	(950)	**56.073**
		164	**–**	**164**	**–**	**57.023**	**(967)**	**–**	**57.187**	**(967)**	**56.220**

Instalações Transferidas: O contrato de concessão da **Assú Transmissora de Energia S.A.** previa a responsabilidade pela implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açu III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açu III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açu II, Mossoró II e Lagoa Nova II. Após as conclusões das implantações os bens foram transferidos sem ônus às concessionárias de cada linha seccionada, com suas respectivas garantias de seus fornecedores. Estas Instalações transferidas serão amortizadas em 300 parcelas iniciando-se em 08/2022 e findando-se próximo ao término do período da concessão.

Nota 10 - Fornecedores:

	2023	2022
Fornecedores	1.262	1.618
Total	**1.262**	**1.618**
A Vencer em Até 30 Dias	1.262	1.618
Total	**1.262**	**1.618**
Em Reais R$	1.262	1.618
Em Reais R$	**1.262**	**1.618**

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

Nota 11 - Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de Dezembro de 2023

Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Vencimento: Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos	Acima de 5 anos	Total
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia.	3.838	72.432	3.838	4.236	4.656	5.112	5.592	52.836	76.270
Total						**3.838**	**4.236**	**4.656**	**5.112**	**5.592**	**52.836**	**76.270**

Em 31 de Dezembro de 2022

Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Vencimento: Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos	Acima de 5 anos	Total
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia.	3.838	76.431	3.838	4.236	4.656	5.112	5.592	56.835	80.269
Total						**3.838**	**4.236**	**4.656**	**5.112**	**5.592**	**56.835**	**80.269**

Nota 12 - Obrigações Sociais:

	2023	2022
Encargos a Recolher	–	7
Provisão de Encargos	–	9
Total	**–**	**16**

Nota 13 - Obrigações Fiscais:

	2023	2022
IRPJ a Recolher	165	127
CSLL a Recolher	81	67
PIS a Recolher	11	10
COFINS a Recolher	52	46
INSS a Recolher	14	10
PIS/COFINS e CSLL a Recolher	11	5
ISS a Recolher Terceiros	6	5
IRRF a Recolher	2	4
Total	**342**	**274**

Nota 14 - Obrigações com Acionistas:

	2023	2022
Obrigações com Acionistas	1.149	1.587
Total	**1.149**	**1.587**

O montante de R$ 1.149 (R$ 1.587 em 2022), refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o Lucro Líquido do exercício de 2023, aguardando aprovação da Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Nota 15 - Obrigações Fiscais Diferidas:

	2023	2022
CSLL Diferida	833	867
IRPJ Diferido	1.746	1.821
Total	**2.579**	**2.688**

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ajuste a valor presente da receita de construção. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 109 (R$ 20 em 31 de dezembro de 2022).

Nota 16 - Outras Obrigações:

	2023	2022
Encargos Setoriais a Recolher	176	59
Instalações Recebidas em Transferência	1.193	1.193
Total	**1.369**	**1.252**
Curto Prazo	176	59
Longo Prazo	1.193	1.193
Total	**1.369**	**1.252**

As instalações recebidas em transferência referem-se a bens recebidos sem ônus à companhia, devendo ser integrados ao patrimônio da união ao final do período de concessão. Estas instalações estão registradas como contrapartida no Ativo Financeiro (Nota 08). **Nota 17 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social:** O Saldo de R$ 3.791 refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital da companhia. Durante 2023 foi integralizado como aumento de capital social o montante de R$ 31.367. **Nota 18 - Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O Capital Social subscrito é de R$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais), dividido em 51.000.000 ações ordinárias sem valor nominal. Em 2023 foi aprovado o aumento de capital social da companhia no valor de R$ 31.367 (Trinta e um milhões, trezentos e sessenta e sete reais), com a emissão de 31.366.104 ações.

b) Reserva de Lucros:

Proposta de Distribuição de Resultados	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	2.362	6.685
Constituição de Reserva Legal - 5%	(118)	(334)
Saldo	**2.244**	**6.351**
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	(562)	(1.587)
Saldo a Disposição da Assembleia	**1.682**	**4.764**

Aos acionistas é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. A proposta do dividendo relacionado ao exercício de 2023, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2024, no montante de R$ 562 (Quinhentos e sessenta e dois mil), que atende ao estatuto.

Nota 19 - Receita Operacional Líquida:

	2023	2022
Receita de Construção - Transmissora	–	4.470
Receita de Transmissão	19.724	16.078
Receita Operacional Bruta	**19.724**	**20.548**
	2023	**2022**
(–) PIS	(128)	(105)
(–) COFINS	(592)	(482)
(–) Encargos Setoriais	(188)	(153)
(–) Deduções da Receita	**(908)**	**(740)**
Receita Operacional Líquida	**18.816**	**19.808**

Nota 20 - Resultado Financeiro:

Receitas Financeiras	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	571	326
Ajuste a Valor Presente	2	1.719
Outras Receitas	220	42
Receitas Financeiras	**793**	**2.087**
Despesas Financeiras	**2023**	**2022**
(–) Despesas Bancárias	(83)	(53)
(–) Juros de Mora	(8.518)	(5.308)
(–) Variações Monetárias	(10)	(3)
(–) Amortização do Ajuste a Valor Presente	(680)	(283)
(–) Despesas Financeiras	**(9.291)**	**(5.647)**
Resultado Financeiro	**(8.498)**	**(3.560)**

Nota 21 - Provisão para Contingências: A administração da Companhia, amparada na opinião dos assessores jurídicos, estima que não há provisões para contingências a serem constituídas ou divulgadas para cobrir eventuais perdas com processos judiciais em 2023. **Nota 22 - Cobertura de Seguros (Não Auditado):** A administração considera que o montante da cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

Carlos de Loyola e Silva - Diretor

Paulo Roberto Studzinski - Contador - CRC PR 064678/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas: **Assú Transmissora de Energia S.A. -** Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Assú Transmissora de Energia S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Assú Transmissora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 15 de março de 2023, sem ressalvas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 04 de abril de 2024

Martinelli Auditores
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Fabio Eduardo Lorenzon
Contador - CRC (SC) nº 026.215/O-6